

# Apresentação

## Políticas de ação afirmativa

Andréia Clapp Salvador

A política afirmativa é, geralmente, reconhecida como um instrumento político voltado para a inclusão de grupos subordinados ou subalternizados, muito embora seu campo de intervenção seja muito maior. Como afirma o Ministro Joaquim Barbosa, mais do que um meio de inclusão, a ação afirmativa também atua em outras frentes, como na promoção de maior igualdade de oportunidades, na redução da discriminação através de uma ação prática, no campo da consciência da sociedade, na consolidação de espaços mais diversos e ampliação da representação de grupos em situação de desigualdade.

O que vale ressaltar nesta questão é a capacidade que a ação afirmativa tem de agir em várias esferas da sociedade, com múltiplos objetivos, que vão além de uma proposta de inclusão social. Na verdade, é uma política que influi em campos importantes, como a educação, mercado de trabalho e vida política, além de lidar com complexas questões sociais da atualidade, como a desigualdade, a diversidade ou a discriminação. Como alternativa para uma conjuntura tão complexa, as políticas afirmativas vêm se fortalecendo.

Embora façam parte de um debate contemporâneo, as políticas afirmativas para grupos historicamente invisibilizados não são tão recentes no Brasil. A sua origem, na concepção de um direito coletivo, se deu na década de 90, através de leis que garantiam direitos específicos para mulheres e portadores de deficiência. Mas somente em 2003, com a lei das cotas para estudantes negros(as), esse tema começou a despontar na mídia e na sociedade de modo geral, em um debate que tem sido bastante conflituoso e que tem dividido

opinião entre os que são a favor e os oponentes. Os conflitos oriundos da implementação de ações afirmativas trouxeram, para o cotidiano, questões que até então eram invisíveis, possibilitando o debate e a reflexão, e promovendo um questionamento de consciências. Acredito que parte das críticas é dirigida às propostas afirmativas em si, mas também ao pressuposto de inclusão racial que é inerente a uma ação afirmativa. Essa crítica pode estar ocultando um ponto nevrálgico: o da discriminação racial.

No caso brasileiro, as políticas de viés afirmativo aparecem como uma resposta às exigências feitas por grupos sociais (como negros, mulheres, homossexuais, portadores de deficiência, entre outros) por direitos coletivos e culturais. Esses grupos que vêm se organizando como movimentos sociais, principalmente a partir das décadas de 1980 e 1990, têm lutado não só por direitos que historicamente lhes têm sido negados, como também pelo reconhecimento de suas especificidades enquanto grupo social. Tais movimentos consideram que a proposta de uma democracia baseada na universalidade dos direitos civis, políticos e sociais não vem se cumprindo. Para eles, os direitos, mais notadamente os direitos sociais, não atendem igualmente a todos. Essa realidade se mantém e se reproduz com a conservação dos direitos nas mãos de um grupo privilegiado e a negação de direitos para a maior parte da população.

Dessa forma, o movimento das mulheres tem lutado pelo direito de participar, de forma mais efetiva, da vida política; o movimento negro vem exigindo a inclusão de seu grupo em espaços públicos, como escola e trabalho, dentre outros. Portanto, houve uma mudança no campo das reivindicações sociais a partir da atuação dos movimentos sociais. O foco central deixou de ser alusivo apenas à esfera econômica, abrangendo outros aspectos, como as desigualdades culturais, sexuais ou raciais.

Embora ainda não seja possível avaliar a abrangência das ações afirmativas no Brasil, principalmente por ser uma prática recente, tanto em sua concepção quanto nas suas múltiplas formas de implementação, já é possível analisar os impactos provocados pela ação afirmativa na vida dos beneficiários, das suas famílias, nas instituições implementadoras e comunidades de ori-

gem. É sobre as políticas afirmativas, o seu alcance, limites e impactos que os textos aqui reunidos trazem valiosas reflexões.

Ângela Paiva, em seu artigo Direitos, desigualdade e acesso à universidade, analisa o acesso ao ensino superior através de políticas de ação afirmativa e sua conexão com o processo de redemocratização, ocorrido no Brasil na década de 1980. A autora aponta as quatro linhas de argumentação contrárias ao sistema de cotas mais presentes em artigos e editoriais, e quatro outros argumentos favoráveis à adoção do sistema de cotas para estudantes negros nas universidades. Ainda completa: "Não se trata da defesa de política de cotas como a solução para a questão mais ampla das desigualdades sociais do Brasil, mas, sim, mostrar que tais políticas vão atenuar o padrão da desigualdade do ensino superior".

Tendo ainda como foco as políticas de cotas universitárias, Elielma Machado, no seu artigo Democracia racial e racismo à brasileira em tempos de ação afirmativa: a visão dos estudantes do Estado do Rio de Janeiro, analisa o impacto provocado pelas políticas de cotas raciais e sociais na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Na pesquisa realizada, a autora mostra o ponto de vista de alunos universitários sobre as políticas afirmativas, especialmente no que se refere a dois principais aspectos: a repercussão da nova lei e como se tem dado a articulação entre a nova lei e a concepção de "democracia racial no Brasil".

Em seu artigo intitulado Dilemas da inclusão e entraves à permanência: por uma reflexão multidimensional das políticas de ação afirmativa no Brasil, Andréa Lopes da Costa Vieira se propõe refletir sobre a nova medida de acesso ao ensino superior privado, o PROUNI (Programa Universidade para Todos). A proposta do texto é inovadora, principalmente por analisar as políticas públicas afirmativas implementadas nas universidades privadas, uma proposta de ação afirmativa que é ainda recente. No que se refere ao acesso às universidades privadas, através de ações afirmativas, a autora traz indagações que são essenciais para esse debate: de que inclusão se está falando? Inclusão para quem? Em "qual contexto"? Conclui, assim, propondo que se pense tanto nos mecanismos de acesso, como, também, nos de permanência.

Wellington da Silva Conceição e Neiva Vieira da Cunha, no artigo *Trajetórias de jovens de periferia rumo à carreira universitária: mobilidade social, identidades e conflitos*, fazem uma reflexão sobre o processo de inclusão de estudantes de origem popular e oriundos das periferias nos cursos de pós-graduação de universidades públicas do Rio de Janeiro. A proposta desta pesquisa etnográfica é mostrar as trajetórias dos estudantes, os impactos vividos por eles e, principalmente, as dificuldades. É um estudo sobre o processo de "inclusão" de estudantes da classe popular no campo da educação superior, uma experiência permeada por situações de conflito e contradições. Desta forma, argumentam os pesquisadores, "o que propomos é uma reflexão sobre políticas educacionais mais inclusivas, que não tenha como efeito e consequência o preconceito e suas formas de discriminação social".

No que se refere às experiências das ações afirmativas no campo da participação política de mulheres, Verónica Gómez Urrutia, professora da Universidade Talca, no Chile, em seu artigo *Mujeres y participación política: ¿Es viable una ley de cuotas en Chile?*, faz uma análise comparativa das experiências desenvolvidas na Argentina e no Brasil. O seu estudo se propõe, através do exame das duas experiências, a identificar alguns elementos que permitiriam projetar os resultados de uma lei de cotas no Chile. A proposta é analisar as possibilidades da implementação de uma política afirmativa e a sua capacidade de "equilibrar a participação de homens e mulheres no âmbito da representação política, particularmente no poder legislativo nacional", considerando que o problema da sub-representação das mulheres em assembleias legislativas é um fenômeno global e bastante complexo. A autora faz um levantamento acerca das políticas já implementadas e seus impactos no processo de efetivação ou não das mulheres no campo da participação política.

No artigo intitulado *Políticas de Reconhecimento X Políticas de Redistribuição - um dilema contemporâneo*, busco apresentar algumas questões que têm permeado o debate das políticas de ação afirmativa, como reconhecimento e/ou redistribuição, igualdade e/ou diferença. Estas concepções têm sido consideradas como questões antagônicas ou, numa perspectiva oposta, como complementares. Alguns teóricos da atualidade, sendo Nancy Fraser uma das

principais pensadoras desta questão, vêm chamando esse antagonismo de dilemas da contemporaneidade. É baseada na concepção de Fraser que desenvolvo as principais argumentações deste texto.

Jefferson Lee de Souza Ruiz fala do polemico debate que vem ocorrendo no Brasil sobre a adoção ou não das políticas de ação afirmativa. Num primeiro momento mostra a relação entre as políticas de ação afirmativa e o campo dos Direitos Humanos internacionais e dá destaque a duas cartas internacionais que contam com a adesão brasileira: a Convenção pela eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher e à Convenção pela eliminação de todas as Formas de discriminação racial, que propõe ações que visam o alcance de igualdade de fato. No segundo momento, o autor reforça a participação dos profissionais de Serviço Social no campo das políticas afirmativas e destaca a decisão dos Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social de 2010, que deliberou por unanimidade dos votos dos delegados presentes, a defesa das ações afirmativas como passo para a redução de desigualdades entre distintos segmentos da população.

A entrevista aqui apresentada mostra um dos principais protagonistas das políticas de ação afirmativa no campo da educação superior: Frei David, Frade Franciscano que foi um dos elaboradores e implementadores das políticas de acesso às universidades públicas e privadas. O depoimento de Frei David, parte de uma entrevista realizada no ano de 2006, é uma declaração na qual ele fala de si, a partir de sua própria experiência com a questão da identidade e o sentimento de pertencimento racial.

O artigo de Manoel Luce Madeira, E baixou-se o vidro: a experiência de resistência urbana do jornal Boca de Rua, analisa a experiência do jornal "o Boca de Rua". Trata-se de um jornal escrito por moradores de rua da cidade de Porto Alegre, que se propõe a ser contestador das políticas públicas e crítico da condição de exclusão social vivida por essa população. O texto mostra a organização dos trabalhadores de rua, a elaboração do jornal e sua comercialização, dando especial enfoque aos conflitos proeminentes da convivência entre dois grupos sociais, "os moradores de rua" e os "não moradores de rua". É um retrato vivo da realidade dos grandes centros urbanos.

Para finalizar, Tânia Horsth Noronha Jardim e Hélio R. S. Silva resenham dois importantes documentos acerca da discriminação social, uma realidade que, embora antiga, ainda persiste. Tânia Horsth Noronha Jardim resenha a mais atual obra de Robert Castel, *A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?* (editora Vozes), que analisa os mecanismos de discriminação negativa vividos pelos jovens de origem imigrante. Um estudo que, embora focalize a experiência dos residentes nos subúrbios franceses, também se aproxima da realidade de discriminação e exclusão vivida por uma grande parcela dos moradores da periferia e das favelas brasileiras.

A nova cena da prostituição, feita por Hélio R. S. Silva, resenha a dissertação de Mestrado de Soraya Silveira Simões, um estudo etnográfico que aborda a organização em torno da prostituição, suas representações e o cotidiano que envolve as trabalhadoras da Vila Mimosa, zona norte da cidade do Rio de Janeiro. É uma pesquisa que mostra as dimensões que cercam a realidade da prostituição, como a "moralidade pública", a sexualidade humana, família, entre outros.

Por fim, foi a intenção da presente edição de *O social em questão*, trazer algumas das principais questões que têm permeado as discussões sobre ação afirmativa e, assim, poder colaborar no avanço da discussão. Desta forma, espera-se que as reflexões aqui apresentadas possam contribuir para o debate tanto no campo acadêmico, quanto na esfera dos movimentos sociais e do poder público e privado.